



A Ciência Aberta o contributo da Ciência da Informação

Atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC

Universidade de Coimbra, 20 a 22 de novembro de 2017

Com a coordenação de

Maria Manuel Borges, Elias Sanz Casado

A Ciência Aberta o contributo da Ciência da Informação

Atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC

Universidade de Coimbra, 20 a 22 de novembro de 2017

Com a coordenação de

Maria Manuel Borges, Elias Sanz Casado

TÍTULO

A Ciência Aberta: o Contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC

COORDENADORES

Maria Manuel Borges

Elias Sanz Casado

EDIÇÃO

Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20

ISBN

978-972-8627-76-8

ACESSO

<https://purl.org/sci/atas/edicic2017>

COPYRIGHT

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
(<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2



CEIS20
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XX
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Instituída por Decreto-Lei n.º 272/2001 de 27 de Dezembro

PROJETO UID/HIS/00460/2013

OPEN CULTURAL DATA ENTRE A REALIDADE E A UTOPIA: O ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS PORTUGUESES

Cristiana Vieira de Freitas¹, Maria Manuel Borges²

¹Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 0000-0003-3738-8945, cristiana.vf@sapo.pt

²Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 0000-0002-7755-6168, mmb@fl.uc.pt

RESUMO A crescente disponibilidade da informação digital é uma nota marcante da sociedade atual e constitui uma via que promove a equidade no acesso à informação, ao mesmo tempo que incentiva o exercício da cidadania. Na verdade, a digitalização e consequente disponibilização do património cultural *online* estimulam a partilha e a reutilização dessa mesma informação, contribuindo, desse modo, quer para a democratização do acesso à informação e à cultura, quer para a criação de novo conhecimento científico. A presente comunicação aborda o Acesso Aberto à informação em domínio público, disponibilizada pelos 278 arquivos municipais de Portugal Continental, como um dos contributos para a concretização da Política Nacional de Ciência Aberta. Para esse efeito, para além de uma revisão da literatura, procedeu-se à observação dos *Websites* oficiais dos municípios de Portugal Continental e dos *Websites* dos respetivos arquivos, sempre que existentes, para confirmar a existência de catálogos *online* com objetos digitais associados, com o intuito de verificar até onde estão os arquivos municipais a responder às exigências de abertura ao património cultural e científico atuais. O que se verifica é que, apesar dos incentivos financeiros disponibilizados para a digitalização e disseminação do património cultural *online*, os dados obtidos a partir do estudo empírico demonstram que apenas 15% dos arquivos municipais disponibilizam catálogos *online* com objetos digitais associados. Neste sentido, e com o intuito de potenciar o uso do património arquivístico digital, disponibilizado pelos arquivos, por parte dos cidadãos, em geral, e dos investigadores, em particular, recomenda-se o envolvimento dos mesmos na definição de prioridades no que se refere à seleção dos documentos a digitalizar e a disponibilizar em Acesso Aberto.

PALAVRAS-CHAVE *Arquivos municipais portugueses, património cultural, digitalização, acesso aberto, ciência aberta*

ABSTRACT The increasing availability of digital information is a characteristic of the current society. It constitutes a way that promotes equity in access to information while encouraging the exercise of citizenship. Digitization allows the availability of online cultural heritage and stimulates the sharing and reuse of this information. In this way, contributes to the democratization by allowing access to information and culture and to the creation of new scientific knowledge. This communication addresses the Open Access to information in the public domain held by the 278 municipal archives of mainland Portugal, as one of the contributions to the implementation of the National Open Science Policy. For this purpose, in addition to a review of the literature, we checked the official websites of the municipal archives of Mainland Portugal to confirm the existence of online catalogues with digital objects linked to archival description. The aim was to verify if municipal archives are responding to the requirements of openness to the cultural and scientific heritage. Despite the financial incentives for the digitization and dissemination of online cultural heritage, the data obtained from the empirical study show that only 15% of the municipal archives fulfil this requirement. We can conclude that to promote and improve the use of archival digital materials by the public,

and the researcher it is recommended to recognize that researchers are a key stakeholder in the definition of priorities regarding the selection of the documents to be scanned and made available in Open Access.

KEYWORDS *Portuguese municipal archives, cultural heritage, digitization, Open Access, Open Science*

COPYRIGHT Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), iniciado em 1998, pelo então Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, mudou profundamente o panorama dos arquivos municipais a nível nacional ao permitir às autarquias dotar os seus arquivos de instalações próprias e condignas para a salvaguarda e promoção do acesso ao património arquivístico, bem como de prover os seus quadros de pessoal com recursos humanos com formação na área (DGARQ, 2008). Desta forma, o PARAM constituiu-se como o primeiro passo na definição de uma política nacional de arquivos e na afirmação e «promoção da qualidade dos arquivos na sua dupla dimensão, administrativa e cultural» (Peixoto, 2002, p. 102), com o intuito de assegurar o direito de acesso à informação aos cidadãos, em geral, e aos municípios, em particular.

Com a introdução da tecnologia digital na produção, processamento, troca, armazenamento e disseminação de informação emergem novos desafios, mas também oportunidades, no que se refere à difusão e acesso à informação, bem como à disponibilização e prestação de serviços *online* centrados no cidadão. Entre as oportunidades, destaca-se a disponibilização dos catálogos *online* com objetos digitais associados aos respetivos registos descritivos, produzidos a partir da digitalização de diversas fontes de informação primárias – fontes manuscritas, impressas, fotográficas, fílmicas, sonoras, entre outras –, capazes de dar resposta às necessidades de informação dos utilizadores com perfis muito distintos e que têm vindo a alterar nas últimas décadas.

Ao público “tradicional”, tais como os eruditos e os universitários, juntam-se os genealogistas e novos públicos:

l'intérêt pour le patrimoine et l'histoire locale a fait venir à partir des années 1980 d'autres chercheurs amateurs tandis que la montée plus récente de la demande mémorielle et sociale – convoquant la dimension civique des archives – provoque l'arrivée dans les salles de lecture d'usagers différents, souvent pressés, cherchant une information précise et fiable (MCC, 2016, p. 7).

Com o advento do novo milénio e a adoção de estratégias para a digitalização em massa das coleções em domínio público e a disponibilização das mesmas *online*, acrescem ainda, e cada vez mais, os chamados *internautas* que optam por efetuar a pesquisa e recuperação da informação à distância através dos catálogos *online*.

A disponibilização de instrumentos de acesso à informação para acesso remoto, através da Internet, veio derrubar barreiras físicas e geográficas, abrindo a possibilidade de acesso universal a grandes volumes de informação que até então só podia se acedida localmente e, por essa razão, estavam sujeitas a inúmeros constrangimentos. Contudo, é importante salientar que o acesso só se torna pleno se os

utilizadores tiverem acesso aos objetos digitais associados aos respetivos registos descritivos, sendo esta a única forma de substituir as consultas locais, que obrigam a deslocações.

Em 2003, a Declaração de Berlim, *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities* (2003), procurou incentivar os detentores de património cultural [arquivos, bibliotecas e museus] a apoiarem e contribuírem para o Acesso Aberto (AA), através da disponibilização de recursos na Internet e, simultaneamente, a encorajar os investigadores a publicarem os seus trabalhos igualmente em AA. Desta perspetiva, ressalta o carácter mais amplo do conceito de AA, isto é, o AA aos conteúdos culturais por parte dos arquivos e o AA à produção científica e aos respetivos dados de investigação.

Embora inicialmente direcionado para a literatura científica com revisão por pares, quando transposto para o contexto dos arquivos e restantes instituições de memória, o conceito de AA adota, na literatura anglo-saxónica, a terminologia de *Open Cultural Data* (OCD), que emerge, em 2011, no âmbito de uma iniciativa para tornar as coleções acessíveis, em suporte digital, e estimular a consulta, a utilização, a disseminação e a reutilização da informação em domínio público, abrangendo tanto os conteúdos, isto é, todos os objetos digitalizados tais como quadros, fotografias, texto, como os metadados, ou seja, informação sobre os objetos digitalizados tais como o produtor, ano da criação, dimensões e a descrição (Batussen, Brinkerink, Timmermans & Zeinstra, [2013?]).

Neste contexto, a adesão dos arquivos ao OCD pode ser percecionada como um fator-chave da criação de vantagens competitivas e de valor acrescentado para os utilizadores, na medida em que «digitization and the publication of heritage collections online can be considered as a first indication of the organization's ability to innovate in the creation of new heritage information services, expand audience reach or create new value for collections» (Borowiecki & Navarrete, 2016, p. 228).

Deste modo, a pesquisa e a recuperação da informação, em texto integral, através dos catálogos *online*, introduz uma nova abordagem na comunicação entre os serviços de informação e os utilizadores, bem como melhorias significativas no serviço prestado, o que se reflete na satisfação dos investigadores na medida que lhes permite «pesquisar conteúdos remotamente e descarregá-los de forma a trabalhar sobre eles em qualquer lugar, eliminando barreiras espaço-temporais» (Guardado, 2015, p. 211), não estando por isso sujeitos a deslocações e a horários de atendimento dos arquivos municipais.

Também a Comissão Europeia tem publicado diretivas que abordam a questão da digitalização e da disponibilização *online* do património cultural em domínio público (CE, 2011, CE, 2014) e tem criado incentivos através de programas de financiamento para o efeito, visto considerar que «as coleções que se encontram nas bibliotecas – inclusive nas bibliotecas digitais – nos arquivos, nos museus, nas galerias e noutras instituições públicas europeias (...) deverão ser colocados à disposição dos investigadores e dos cidadãos, também através das novas tecnologias, a fim de permitir que se olhe para o futuro através do arquivo do passado» (CUE, 2013, p. 1027).

Sendo o acesso à informação, designadamente o acesso equitativo às coleções digitais (arquivos, bibliotecas e museus) e aos repositórios de informação científica, um dos componentes essenciais enquanto fatores de sustentabilidade, desenvolvimento e de promoção da inclusão social, política e económica, conforme plasmado na Agenda 2030 das Nações Unidas, torna-se cada vez mais imperativa a necessidade de implementação de políticas que visem o AA ao conhecimento científico e à Cultura.

No que se refere ao panorama nacional, seguindo a tendência internacional, têm surgido recentemente iniciativas governamentais conducentes à implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta que visa o acesso aberto aos dados e resultados de investigação resultantes de investigação financiada por fundos públicos, bem como a preservação dos mesmos de modo a possibilitar a (re)utilização e o acesso continuado aos mesmos (RCM, 2016), além de pretender criar uma maior aproximação entre a Ciência e Cultura. Conforme plasmado nos princípios orientadores da Ciência Aberta, que assenta no lema de que o Conhecimento é de Todos para Todos: “a ciência, o saber, a cultura... o conhecimento, em síntese, constitui um bem de maior grandeza, um bem público, pertença de todos e que a todos deve beneficiar e ser concedido. Como bem comum, a sua promoção é crucial, devendo ter um papel central nas políticas públicas” (MCTES, 2016).

É nesse âmbito que surge o *Diretório de Repositórios Digitais do Conhecimento*¹ cujo o propósito consiste em divulgar e estimular a utilização dos diversos repositórios digitais na área da Ciência e da Cultura e, ainda, de sensibilizar e responsabilizar as instituições no que se refere à preservação, acesso e (re)utilização da informação em suporte digital.

É neste contexto que se insere o presente estudo que pretende conhecer a realidade dos arquivos municipais de Portugal Continental no que se refere ao aproveitamento dos incentivos atualmente existentes para apurar se estes respondem ao desafio de assegurar um maior acesso ao património cultural digitalizado e promover uma maior (re)utilização do mesmo por parte dos cidadãos em geral e dos investigadores em particular.

METODOLOGIA

Este estudo, que assenta numa abordagem exploratória, na medida em que se trata de um tópico novo, pouco abordado e cuja teoria não se aplica à amostra selecionada para este estudo (Creswell, 2003, p. 22), tem como objetivo geral conhecer a realidade a nível nacional no que se refere à disponibilização de catálogos *online* com objetos digitais associados por parte dos arquivos municipais.

Desta forma, pretende-se obter resposta à seguinte questão de investigação: estarão os arquivos municipais portugueses a aderir ao movimento do *Open Culture Data* através da digitalização e disponibilização de conteúdos digitais em acesso aberto passíveis de serem (re)utilizados e de contribuir para a concretização da Política Nacional de Ciência Aberta (lançada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2016, de 11 de abril)?

Numa primeira fase, foi efetuada uma pesquisa nos *Websites* oficiais dos 278 municípios de Portugal continental e, sempre que existentes, nos *Websites* dos arquivos municipais para aferir a existência ou não de catálogos *online*. Numa segunda fase, foram recolhidos, em junho de 2017, dados sobre os catálogos *online* (Bases de Dados utilizadas e a existência de objetos digitais associados às respetivas descrições). Por último, procedeu-se à verificação da adesão desses mesmos arquivos municipais aos portais agregadores de conteúdos, designadamente à Rede Portuguesa de Arquivos e ao Portal Português de Arquivo, bem como ao Diretório dos Arquivos Municipais e ao Diretório de Repositórios Digitais do Conhecimento.

¹ Disponível na WWW: <http://repositorios-conhecimento.pt/>.

RESULTADOS

A partir do levantamento efetuado, com base na consulta dos 278 *Websites* oficiais dos municípios ou dos respetivos arquivos municipais de Portugal Continental, pode aferir-se que apenas 15% têm catálogo disponível *online*.

A análise dos dados constantes na tabela 1 demonstra a existência de grandes assimetrias regionais, na medida em que em cinco distritos do interior e da Beira Litoral (Bragança, Castelo Branco, Coimbra e Viseu), num total de 79 concelhos, nenhum arquivo municipal tem catálogo disponível *online*. Em contrapartida, o distrito de Viana do Castelo destaca-se no panorama nacional na medida em que oito dos dez arquivos municipais (80%) têm os seus catálogos *online*.



Figura 1. Mapa de Portugal

Fonte: Bourrichon - fr:Bourrichon https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Portugal_topographic_map-pt.png

Tabela 1. Municípios de Portugal Continental com catálogos *online*

	Municípios	Catálogos <i>online</i>	Taxa de arquivos municipais com catálogos <i>online</i>
Aveiro	19	5	26%
Beja	14	2	14%
Braga	14	3	15%
Bragança	12	0	0%
Castelo Branco	11	0	0%
Coimbra	17	0	0%
Évora	14	1	14%
Faro	16	3	25%
Guarda	14	1	1%
Leiria	16	2	12%
Lisboa	16	6	38%
Portalegre	15	0	0%
Porto	18	5	28%
Santarém	21	1	5%
Setúbal	13	3	23%
Viana do Castelo	10	8	80%
Vila Real	14	2	14%
Viseu	24	0	0%
TOTAL	278	42	15%

Fonte: *Elaboração própria*

Das Bases de Dados de descrição arquivística utilizadas pelos arquivos municipais apenas o *AtoM* e o *Archeevo*, que correspondem, respetivamente, a 14% e 46%, nos permitem obter o número total de registos descritivos com objetos digitais associados disponíveis em AA, a partir da consulta dos respetivos catálogos *online*. Para a obtenção desses mesmos dados a partir de outras Bases de Dados em uso, torna-se necessária uma pesquisa mais minuciosa sendo que, em alguns casos, essa tarefa não é de todo possível².

² Nos casos extremos, optámos por recorrer ao apoio dos respetivos arquivos municipais para obtenção dos dados pretendidos.

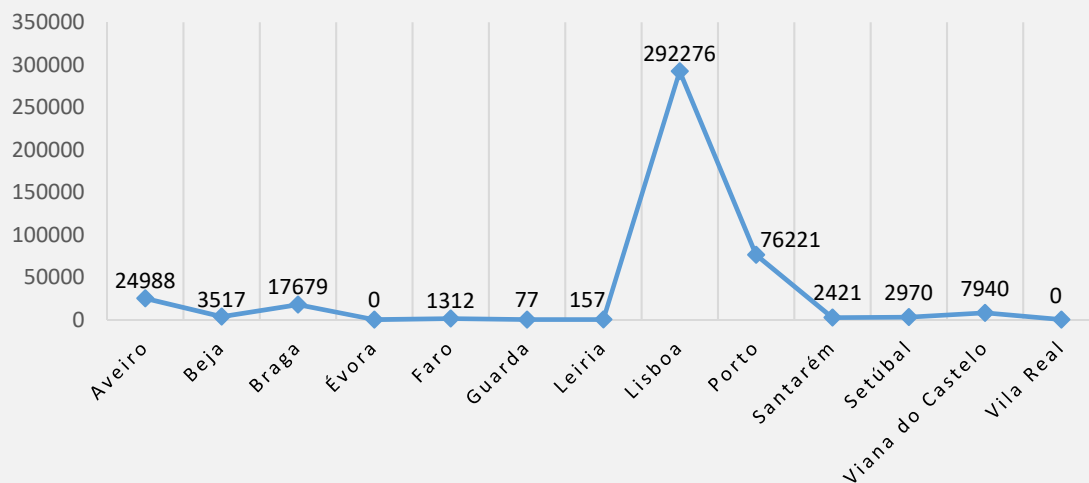


Figura 2. Número de registos descritivos com objetos digitais associados (n=42)

Conforme se pode verificar na figura 1, o distrito de Lisboa destaca-se dos restantes no que se refere ao número de registos descritivos com objetos digitais associados, apesar de ter apenas seis arquivos municipais com catálogo disponível *online*, seguindo-se o distrito do Porto, representando ambos os distritos 86% do total dos registos descritivos com objetos digitais associados disponíveis para consulta *online* em Portugal Continental.

Entre as fontes de informação disponíveis em AA pelos arquivos municipais, encontra-se um vasto número de arquivos públicos – tais como câmaras municipais, juntas de freguesias, administrações do concelho – e privados – entre os quais arquivos pessoais e de família, confrarias e irmandades e associações diversas.

Nota-se, ainda, a partir da consulta dos catálogos, uma clara aposta na digitalização e disponibilização de coleções de fotografias de proveniências diversas (públicas e privadas) e da imprensa local, o que faz como que a digitalização, no contexto dos arquivos, adquira características muito próprias: na medida em que «digitisation in an archival context is often a hybrid concept combining features of digital *conversion* of library holdings (periodicals, books, newspapers), digital *surrogacy* of historical records and long-term Digital Preservation of materials» (Poole, 2010, p. 61).

O último inquérito ENUMERATE publicado, levado a cabo em 2013, em 33 países europeus, corrobora esses resultados na medida em que entre os recursos visuais 2D custodiados pelas instituições de memória (arquivos, bibliotecas, museus e outros) denota-se que as fotografias estão no topo das prioridades no que se refere à transposição do analógico para o digital, seguindo-se os desenhos, mapas e plantas, posters, gravura, pinturas, outros recursos visuais e partituras. Quanto aos recursos textuais os jornais ocupam a quinta posição entre os mais digitalizados em *ex aequo* com os manuscritos (Stroeker & Vogels, 2014, p. 15-16). Convém, contudo, salientar que o mesmo estudo concluiu que os arquivos estão entre as instituições de memória que dispõem de um menor número de coleções digitais, embora apenas 11% das mesmas estejam digitalizadas (47% está ainda por digitalizar e 42% não têm necessidade de ser digitalizadas).

De facto, no cumprimento da dupla função administrativa e cultural que confere aos arquivos municipais a dimensão de «*graneros de la historia y arsenales de la administración*» (Alberch & Boadas, 1991, p. 18), cabe aos arquivistas gerir a informação de modo a dar resposta às necessidades

da organização, servindo o propósito para a qual foi criada, e, simultaneamente, dar resposta às necessidades de investigação (Schellenberg, 2003, p. 224). Isto significa que os arquivos municipais têm de dar resposta a diferentes perfis de utilizadores com necessidades de informação distintas.

No âmbito dos inquéritos levados a cabo em 2014 e 2016 pelo Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais da Associação Portuguesa dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), que contemplou todos os arquivos municipais a nível nacional (Portugal Continental e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira), num total de 308 municípios, foram consideradas três categorias de utilizadores externos: estudantes, investigadores/historiadores e munícipes.

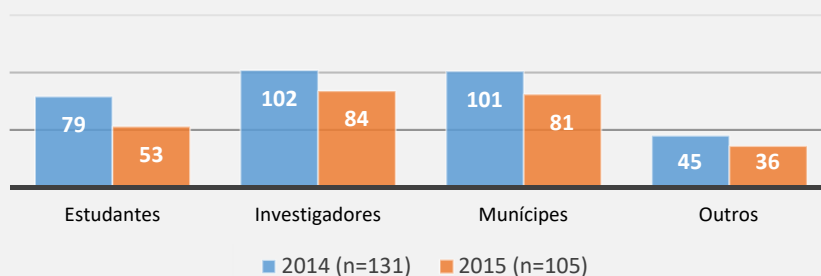


Figura 3. Perfil dos utilizadores dos Arquivos Municipais em 2014 e 2016

Por “investigadores/ historiadores” entende-se aqueles que procuram os arquivos como detentores de fontes primárias para a concretização de trabalhos de investigação, enquanto “munícipes” são todos aqueles que se dirigem aos arquivos municipais para fazer valer o seu direito de acesso à informação para o exercício da cidadania (Freitas & Marinho, 2014; Freitas & Marinho, 2016).

Conclui-se, a partir dos resultados desses inquéritos, cuja resposta permitia a escolha múltipla, que os “maiores” utilizadores dos arquivos municipais são os investigadores/ historiadores e os munícipes quase em *ex aequo*.

As principais razões que terão levado os arquivos municipais a digitalizar e disponibilizar conteúdos *online* podem encontrar-se, certamente, nos resultados do inquérito ENUMERATE. Na verdade, embora os resultados se reportem às instituições de memória em geral, uma vez que, para além dos arquivos, foram inquiridos museus e bibliotecas em toda a Europa, foram identificados os seguintes motivos: a investigação científica, o ensino (conteúdos pedagógicos) e a redução do uso/manuseamento dos documentos originais (Stroeker & Vogels, 2014, p. 31).

Para além da existência de catálogos *online* e do número de registos descritivos com objetos digitais associados, procurou-se aferir a adesão dos arquivos municipais ao Diretório dos Arquivos Municipais e a agregadores de conteúdos tais como a Rede Portuguesa de Arquivos e o Diretório de Repositórios Digitais do Conhecimento.

A *Rede Portuguesa de Arquivos* conta, atualmente, apenas com a presença de cinco arquivos municipais – Albufeira, Cascais, Constância, Ponte de Lima e Vidigueira. Esta iniciativa tem como objetivo divulgar o «património arquivístico, disseminado por diferentes serviços de arquivo, tornando-o acessível ao cidadão, dando-lhe oportunidade de o conhecer e dele se “apropriar”, enquanto repositório de uma memória coletiva, base de uma identidade comum, mas também de dele usufruir, de forma rápida e fácil» (DGLAB, 2014) e de permitir a recuperação e o acesso integrado à informação a partir

de um ponto único – Portal Português de Arquivos³ – que tem a dupla função de provedor de serviços e de provedor de conteúdos para outros portais agregadores nacionais e internacionais, tais como a Europeia⁴ e o Portal Europeu de Arquivos⁵.

Foi apresentado, em 2015, no 12º Congresso Nacional da BAD, o *Diretório dos Arquivos Municipais*, criado no âmbito do Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais da mesma associação, com o intuito de se constituir como um ponto de acesso único à informação sobre os arquivos municipais (localização, horários, serviços prestados, instrumentos de pesquisa, etc.) e de contribuir para dar maior visibilidade aos mesmos⁶. Contudo, neste momento apenas se encontram aí registados 38 arquivos municipais o que, em termos de representatividade distrital, se distribui da seguinte forma: Aveiro (47%), Beja (21%), Braga (7%), Faro (50%), Lisboa (12%), Santarém (19%), Viana do Castelo (100%) e Viseu (4%).

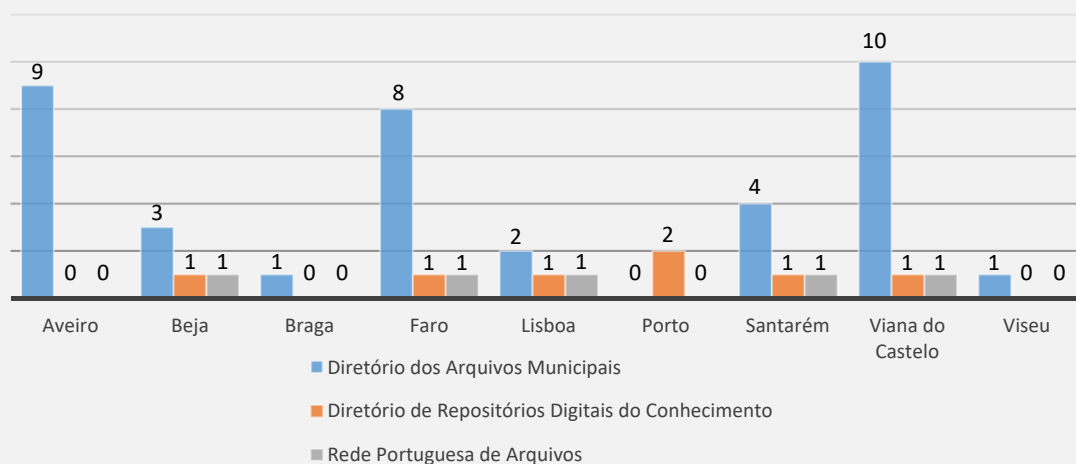


Figura 4. Adesão dos arquivos municipais (por distrito) ao diretório e portais agregadores

O *Diretório de Repositórios Digitais do Conhecimento*, atualmente em fase de implementação, tem como objetivo agregar todos repositórios nacionais nas áreas da Ciência e da Cultura que armazenam, preservam, geram ou dão acesso a conteúdos digitais. O diretório contém, à presente data, a identificação e caracterização de 128 entidades detentoras de repositórios, num total de 120 repositórios digitais, dos quais apenas sete são arquivos municipais – Albufeira, Cascais, Constância, Penafiel, Ponte de Lima, Porto e Vidigueira.

Estamos, pois, certos que, se para a ciência e investigadores o AA apresenta vantagens, designadamente no que se refere ao «alargamento da divulgação da publicação, que assim se torna mais visível e acessível» (Guardado, 2015, p. 182), também os arquivos, em geral, e os arquivos municipais, em particular, enquanto detentores de património cultural/arquivístico, terão vantagens em dar resposta à Ciência Aberta através da disponibilização das suas fontes de informação primárias em AA.

³ Disponível na WWW: <https://portal.arquivos.pt/>

⁴ Disponível na WWW: <http://www.europeana.eu/portal/pt>.

⁵ Disponível na WWW: <http://www.archivesportaleurope.net/pt>.

⁶ Disponível na WWW: <http://www.bad.pt/diretorio/?ait-dir-item-category=am>.

CONCLUSÕES

Os arquivos municipais portugueses, cujas origens remontam à criação dos respetivos concelhos, alguns dos quais dos primórdios da nacionalidade, têm sob a sua custódia uma vasta diversidade de fontes de informação importantes e únicas que interessa à investigação científica em diversas áreas do conhecimento tais como a história, genealogia, demografia, urbanismo, entre outras.

Decorridas quase três décadas sobre a antevisão do futuro dos arquivos no que se refere às vantagens que decorrem da associação de imagens e registos sonoros aos respetivos registos descritivos (Bearman, 1989, p. 37-38) e do aparecimento dos primeiros catálogos *online*, apesar dos incentivos financeiros disponibilizados para a digitalização e disponibilização *online* do património cultural, com o intuito de potenciar e multiplicar as oportunidades de acesso ao mesmo, os dados obtidos a partir do presente estudo empírico demonstram que são ainda incipientes os catálogos *online* disponibilizados pelos arquivos municipais.

Pode, por isso, dizer-se que o AA às fontes de informação primárias custodiadas pelos arquivos municipais, que podem ser reutilizadas por quantos delas necessitem, é ainda uma utopia.

As razões poderão dever-se à complexidade da transição do analógico para o ambiente digital, na medida em que os projetos de digitalização não terminam com a publicação dos conteúdos *online*. Pelo contrário, devem ser encarados como um investimento a longo prazo, na medida em que é necessário prever as questões relacionadas, não apenas com a preservação do material físico/analógico mas, também, com a preservação a longo prazo e o acesso continuado à informação digital (nado-digital e digitalizada). Isto significa que, se por um lado, a disponibilização em linha de conteúdos culturais possibilita um acesso mais alargado aos mesmos e faculta a hipótese de qualquer pessoa poder criar, reutilizar e acrescentar valor aos conteúdos, elevando o valor das coleções culturais, por outro lado, também acarreta alguns desafios, designadamente: (i) a gestão, manutenção e preservação dos conteúdos culturais digitais, (ii) o respeito dos direitos de autor [e dos direitos patrimoniais no caso dos arquivos e museus], (iii) a disponibilização do material em formatos abertos, legíveis por máquina, interoperáveis, oferecendo uma resolução mínima e metadados relevantes (Comissão Europeia, 2014, p. 9).

Em suma, no contexto da sociedade global, em que cada vez mais se privilegia o acesso à informação, ao conhecimento e à cultura como fatores de desenvolvimento económico e social, cabe às instituições de memória, incluindo os arquivos municipais, dar resposta às necessidades de informação dos utilizadores e de contribuir ativamente para a concretização da Política Nacional da Ciência Aberta, podendo a partir daí obter evidências/ indicadores que permitam justificar o investimento financeiro e humano que as autarquias fazem nos projetos de digitalização do património arquivístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alberch, R., Boadas, J. (1991). *La funcion cultural de los archivos*[PDF]. Retrieved from <http://eah-ahc.org/pdf/ikerlanak3.pdf>.

Batussen, L. B., Brinkerink, M., Timmermans, N. & Zeinstra, M. (2013?). *Open culture data position paper: Open data on the Web*. Retrieved from http://www.w3.org/2013/04/odw/odw13_submission_24.pdf.

Bearman D. (1989). Archives and manuscript control with bibliographic utilities: challenges and opportunities. *American Archivist*. 52, 26-39. doi: 10.17723/aarc.52.1.3g5q3755300r755r.

Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Science and Humanities, Berlin, October 20-22 (2003). *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Science and Humanities*. Retrieved from <https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration>.

Borowiecki, K. J. & Navarrete, T. (2017). Digitization of heritage collections as indicator of innovation. *Economics of Innovation and New Technology*, 26(3), 227-246. doi: 10.1080/10438599.2016.1164488.

Conselho da União Europeia (2013). Decisão do Conselho de 3 dezembro 2013 que estabelece o programa específico de execução do Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020). *Jornal Oficial da União Europeia*. Retrieved from http://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/legal_basis/sp/h2020-sp_pt.pdf

Comissão Europeia (2011). *Recomendação da Comissão de 27 de Outubro de 2011 sobre a digitalização e a acessibilidade em linha de material cultural e a preservação digital*. Retrieved from <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011H0711&from=PT>

Comissão Europeia (2014). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: rumo a uma abordagem integrada do património cultural europeu*. Retrieved from http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/documents/com/com_com%282014%290477/_com_com%282014%290477_pt.pdf.

Creswell, J. W. (2003). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*[PDF]. Retrieved from http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic1334586.files/2003_Creswell_A%20Framework%20for%20Design.pdf.

Direção-Geral de Arquivos (DGARQ) (2008). *PARAM: Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais* (Relatório de avaliação). Retrieved from http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/param_relatorio_avaliacao_2008.pdf.

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) (2014). *Rede Portuguesa de Arquivos*. Retrieved from <http://arquivos.pt/>.

Freitas, C. & Marinho, V. (2014). Arquivos Municipais: nótulas ao 4º inquérito nacional. *Encontro de Arquivos Municipais / atas de conferência*, Esposende, 11. Retrieved from <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1064/1153>.

Freitas, C. & Marinho, V. (2016). Situação dos arquivos municipais: resultados do inquérito. *Encontro de Arquivos Municipais / atas de conferência*, Castelo Branco, 12. Retrieved from <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1567>.

Guardado, M. C. G. (2015). *A “oficina do historiador” na era digital: práticas e percepções na comunidade historiográfica portuguesa* (Tese de doutoramento). Universidade do Porto, Universidade de Aveiro.

Ministère de la Culture e de la Communication (MCC) (2016). *Qui sont les publics des archives? Enquête sur les lecteurs, les internautes et le public des activités culturelles dans les services publics d’archives (2013-2014)*. Retrieved from https://francearchives.fr/file/08ccbaa3654282501138a7739ac59dbecc364552/static_8431.pdf.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) (2016). *Ciência aberta -conhecimento para todos: princípio orientadores*. Retrieved from <http://www.portugal.gov.pt/media/18506199/20160210-mctes-ciencia-aberta.pdf>.

Peixoto, A. M. (2002). Arquivos Municipais: evolução e afirmação. *Cadernos BAD. Preservação digital: experiências e estratégias*, 2, 96-104. Retrieved from <http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22002/Peixoto.pdf>.

Poole, N. (2010). *The cost of digitising Europe’s cultural heritage: a report for the Comité des Sages of the European Commission*. Retrieved from http://nickpoole.org.uk/wp-content/uploads/2011/12/digiti_report.pdf.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2016, de 11 de abril (RCM) (2016). *Diário da República n.º 70 – I Série*. Presidência do Conselho de Ministros.

Schellenberg, T. R. (2003). *Modern archives: principles & techniques*[PDF]. Retrieved from <http://files.archivists.org/pubs/free/ModernArchives-Schellenberg.pdf>.

Stroeker, N. & Vogels, R. (2014) *Survey report on digitisation in European cultural heritage institutions 2014*. Retrieved from <http://www.enumerate.eu/fileadmin/ENUMERATE/documents/ENUMERATE-Digitisation-Survey-2014.pdf>.